

SOUL VILA VELHA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

SOUL VILA VELHA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores da
Soul Vila Velha S.A.
Ponta Grossa - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Soul Vila Velha S.A ("Soul Vila Velha"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soul Vila Velha em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Soul Vila Velha., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Soul Vila Velha continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Soul Vila Velha ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Soul Vila Velha;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Soul Vila Velha. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Soul Vila Velha a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 03 de maio de 2022.

SOUL VILA VELHA S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.488	7.878	Outorga variável a pagar	12	72	41
Contas a receber	6	156	102	Fornecedores	13	214	169
Impostos a recuperar	7	21	4	Empréstimos e financiamentos	14	5.231	2.284
Estoques	8	18	-	Obrigações trabalhistas	15	608	380
Empréstimos a partes relacionadas	9	1.103	1.070	Obrigações tributárias	15	44	24
Despesas antecipadas		13	8	Outros débitos		154	28
Outros créditos		35	18			6.323	2.926
		3.834	9.080				
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	10	1.119	1.147	Empréstimos e financiamentos	13	7.646	11.279
Intangível	11	3.264	1.961	Outros débitos		61	-
		4.383	3.108			7.707	11.279
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	18		
				Capital social		800	800
				Prejuízos acumulados		(6.613)	(2.817)
						(5.813)	(2.017)
Total do ativo		8.217	12.188	Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		8.217	12.188

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOUL VILA VELHA S.A.

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida de serviços	19	3.860	1.078
(-) Custos dos serviços prestados	20	(4.728)	(2.097)
(=) Prejuízo bruto		(868)	(1.019)
(+/-) Despesas operacionais Gerais e administrativas	21	(1.580)	(1.219)
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(2.448)	(2.238)
Receitas financeiras		158	56
Despesas financeiras		(1.506)	(635)
(=) Resultado financeiro líquido	22	(1.348)	(579)
(=) Prejuízo líquido do exercício		(3.796)	(2.817)
Prejuízo por ação		(4,75)	(3,52)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOUL VILA VELHA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
(=) Prejuízo líquido do exercício	<u>(3.796)</u>	<u>(2.817)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>(3.796)</u></u>	<u><u>(2.817)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOUL VILA VELHA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Integralização de capital	800	-	800
Prejuízo do exercício	-	(2.817)	(2.817)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (passivo a descoberto)	800	(2.817)	(2.017)
Prejuízo do exercício		(3.796)	(3.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (passivo a descoberto)	800	(6.613)	(5.813)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOUL VILA VELHA S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
(=) Prejuízo do exercício	(3.796)	(2.817)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	253	94
Provisão de juros s/ empréstimos	1.317	-
	(2.226)	(2.723)
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(54)	(102)
Impostos a recuperar	(17)	(4)
Despesas antecipadas	(5)	(8)
Outros créditos	(17)	(18)
Estoques	(18)	-
Fornecedores	45	169
Outorga variável a pagar	31	41
Obrigações trabalhistas	228	380
Obrigações tributárias	19	24
Outros débitos	188	28
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.826)	(2.213)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(225)	(1.241)
Intangível em andamento - obras	(1.311)	(1.961)
Baixa Intangível	8	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.528)	(3.202)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos com pessoas ligadas	(33)	(1.070)
Pagamento de empréstimos	(1.638)	13.563
Pagamento de juros sobre empréstimos	(365)	800
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(2.036)	13.293
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.390)	7.878
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.878	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.488	7.878
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.390)	7.878

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A SOUL VILA VELHA S.A. (“Companhia”), sociedade anônima fechada, é uma SPE (sociedade de propósito específico) e tem como objeto social executar as atividades previstas no objeto do contrato de concessão onerosa de obra no Parque Vila Velha, processo SEDEST (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo – Estado do Paraná), contrato nº 001/2020-IAT- concorrência pública nacional nº 001/2019-IAP, sob o contrato de Concessão de Concessão de uso para exploração do Parque Estadual de Vila Velha - PEVV, tendo como principais objetivos:

- (i) Venda de ingressos de entrada e dos atrativos, com implantação e gestão da emissão e cobrança de bilhetes;
- (ii) Implantação e gestão de Instalações, Espaços e Serviços de Controle e Cobrança de estacionamento veicular;
- (iii) Implantação e gestão do serviço de transporte interno;
- (iv) Implantação e gestão de serviços de alimentação;
- (v) Gestão do centro de visitantes;
- (vi) Gestão da loja de conveniências;
- (vii) Monitoramento do uso público nas trilhas e nos atrativos;
- (viii) Manutenção das estruturas na área da concessão;
- (ix) Implantação e gestão do sistema de segurança patrimonial e
- (x) Gestão dos encargos na área da concessão, nos termos do caderno de encargos.

1.1. Planos da Administração

A Companhia acredita na reversão do Patrimônio Líquido negativo através da geração de lucro como consequência dos investimentos em infraestrutura e novas atrações turísticas ofertadas ao público na retomada das atividades do parque no ano de 2022. Além disso os acionistas se comprometem a aportarem recursos sempre que necessário para garantir a continuidade do negócio e o cumprimento do objeto do contrato de concessão assinado junto ao Estado do Paraná durante os 30 anos de sua vigência.

2. Apresentações das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (‘CPC’) e aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (‘CFC’).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 03 de maio de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Análise e teste de recuperabilidade de ativos;
- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Provisão para demandas judiciais.

2.5. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e incluem principalmente os rendimentos de aplicações financeiras, ao passo que as despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação e considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes, decorrentes das prestações de serviços no curso normal das atividades da Companhia, estão avaliadas no momento inicial, pelo valor presente, e deduzidas da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia efetuou o cálculo do valor presente para o período findo em 31 de dezembro de 2021, considerando que os saldos são liquidados em curto espaço de tempo, os efeitos não foram materiais e, portanto, a Companhia não registrou os referidos montantes.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída, em montante suficiente, para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes. A administração da Companhia realiza uma avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas, por faixa de vencimento e títulos amparados por garantias.

3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, financiamentos e fornecedores.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros empréstimos e financiamentos são da seguinte forma:

- Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Imobilizado e intangível

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado/intangível são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação/amortização.

O custo do imobilizado/intangível inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive, se aplicável, serviços necessários e custos incorridos para colocação do bem produtivo em operação. Também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que tais custos possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos, apropriados como custos de produção.

Um item do imobilizado/intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, pelas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10, levando em consideração a vida útil estimada de cada bem, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais, a vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizado e intangível têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável ou baixa contra os custos do projeto.

3.7. Contas a pagar, benefícios e encargos sociais

As contas a pagar, principalmente aos fornecedores, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores relativos às férias devidas aos funcionários estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo e incluem os correspondentes encargos sociais.

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada

3.8. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e é constituída em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis.

A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo, e atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores legais da Companhia.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

3.11. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

4. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

4.1. Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição financeira da Companhia, nas quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

4.2. Gestão de risco financeiro

a) Fatores de risco financeiro

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade das contrapartes.

A área de Finanças e Controladoria examina e revisa as informações relacionadas ao gerenciamento de risco, incluindo as políticas, os procedimentos e as práticas aplicadas no gerenciamento de risco:

i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de inadimplência das contas a receber.

ii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Finanças.

b) Gestão de capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus sócios, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito, visando fazer face à manutenção da liquidez e obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	21	10
Banco conta movimento	54	65
Aplicações financeiras	2.413	7.803
	<u>2.488</u>	<u>7.878</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber

	2021	2020
Aluguel a receber de arrendatários	27	8
Operadoras de Cartão de Crédito	129	94
	<u>156</u>	<u>102</u>

7. Impostos a recuperar

	2021	2020
IRRF s/ aplicação financeira	21	4
	<u>21</u>	<u>4</u>

8. Estoques

	2021	2020
Estoque Loja Vila Velha	18	-
	<u>18</u>	<u>-</u>

9. Empréstimos partes relacionadas

	2021	2020
Empréstimo a partes relacionadas	1.103	1.070
	<u>1.103</u>	<u>1.070</u>

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Referem-se a valores a receber da parte relacionada Soul Parques S.A. em virtude dos contratos de mútuos firmados em outubro de 2020 com prazo de 12 meses para recebimento, vencendo em outubro de 2021, renovados por mais 12 meses, com o valor principal supra acrescido da correção monetária pela variação da Poupança verificada no período entre o mês da transferência e o mês da efetiva e integral quitação do empréstimo.

10. Imobilizado

Tx. Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2021	2020
20%a.a.	730	(117)	613	656
10%a.a.	1	(1)	-	1
20%a.a.	212	(54)	159	137
20%a.a.	338	(76)	262	212
20%a.a.	48	(5)	42	38
10%a.a.	114	(85)	29	103
10%a.a.	22	(8)	14	-
	<u>1.465</u>	<u>(346)</u>	<u>1.119</u>	<u>1.147</u>

11. Intangível

	2020	Adições	(-) Depreciação	2021
Maquinas e equipamentos	656	27	(70)	613
Equipamentos de segurança	1	-	(1)	-
Equipamentos de informática	137	59	(37)	159
Licença de software	212	106	(56)	262
Móveis e utensílios	38	9	(5)	42
Placas de sinalização	103	-	(74)	29
Benfeitorias em bens móveis	-	22	(8)	14
Total	<u>1.147</u>	<u>223</u>	<u>(251)</u>	<u>1.119</u>

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido		
			2021	2020	
Intangível em andamento - Obras de concessão	3.264	-	3.264	1.961	
	<u>3.264</u>	<u>-</u>	<u>3.264</u>	<u>1.961</u>	
		2020	Adições	(-) Baixas	2021
Intangível em andamento - Obras de concessão		1.961	1.311	(8)	3.264
Total		<u>1.961</u>	<u>1.311</u>	<u>(8)</u>	<u>3.264</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 3.264 refere-se a pagamento de estudos e projetos, além das despesas com as obras necessárias para a exploração do PEVV.

Segundo o contrato de concessão, o prazo do contrato de 30 (trinta) anos, contando a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão de Concessão de uso para exploração do Parque Estadual de Vila Velha - PEVV. A referida assinatura ocorreu em 19 de fevereiro de 2020.

O ativo intangível é registrado com base nos expostos no ICPC 01 e OCPC 05, que tratam da questão de contratos de concessão. Segundo o item 14 do referido OCPC na linha de entendimento de que o direito de outorga e a correspondente obrigação nascem na assinatura do contrato, a concessão representa um negócio de longo prazo, que passa por processo licitatório, envolve projetos de financiamento, garantias e definição de tarifa, portanto, fatores que indicam um contrato de longa duração em que as partes demonstram intenção e condição de executá-lo integralmente.

Assim sendo, é considerado que os fatos e as circunstâncias indicam que não se trata de um contrato de execução, mas a aquisição de um direito de exploração, a aquisição de uma licença para operar por prazo determinado, haja vista entender-se que o poder concedente performou sua parte no contrato ao dar o acesso e o direito à exploração do objeto da concessão, enquanto o concessionário não performou a sua parte. A Companhia, por contrato, deve pagar apenas a outorga variável (15,2% da receita operacional bruta), registrando esses valores como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado, conforme determinado pela última parte do item 28 do OCPC 05.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

12. Outorga variável a pagar

A Rubrica “Outorga variável a pagar”, registrada no valor de R\$ 72 no passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 refere-se ao valor de Outorga variável a ser pago referente ao valor percentual de 15,2% (quinze vírgula dois pontos percentuais) da Receita Operacional Bruta do mês de dezembro de 2021 de acordo com o previsto na Proposta Comercial elaborada pela Companhia para participação da licitação.

13. Fornecedores

	2021	2020
Prestadores de serviço obras	<u>214</u>	<u>169</u>
	<u>214</u>	<u>169</u>

14. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020
Banco Itaú	<u>10.010</u>	<u>10.549</u>
Banco ABC	<u>2.867</u>	<u>3.014</u>
	<u>12.877</u>	<u>13.563</u>
Circulante	5.231	2.284
Não circulante	<u>7.646</u>	<u>11.279</u>
	<u>12.877</u>	<u>13.563</u>

Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras referem-se à:

a) Banco Itaú:

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco Itaú utilizado para capital de giro.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,88% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

Banco:	Banco Itaú
Valor principal:	R\$ 10.000
Tx.mensal:	0,88%
Tx. Anual:	11,08%
Emissão:	01/07/2020
Vencimento:	01/07/2025
Dias:	1826
Capitalização:	Diária
Número de prestações:	48
Carência:	12 meses
Valor parcela principal	Periodicidade não uniforme
Saldo devedor atual	R\$ 10.010

A Companhia possui no contrato "covenants" referente a pagamentos em atrasos, ações judiciais e as seguintes cláusulas de desempenho:

- ✓ A dívida bruta total (soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos) deve ser mantida em valor igual ou inferior a R\$ 10.000 em 2020 e 2021, R\$ 9.000 em 2022, R\$ 7.000 em 2023, R\$ 5.000 em 2024, R\$ 3.000 em 2025 e R\$ 1.000 a partir de 2016;
- ✓ Os acionistas devem realizar aporte de capital anual mínimo de R\$ 1.500 em 2020, R\$ 6.000 em 2021 e R\$ 1.500 em 2022 e 2023;
- ✓ Vedada a distribuição de dividendos pagamento de juros sobre o capital próprio, redução de capital ou ainda efetuar quaisquer outros pagamentos / empréstimos a seus respectivos acionistas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico.

As penalidades ao não cumprimento desses "covenants" é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitados esses limitadores, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante.

b) Banco ABC:

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco ABC utilizado para capital de giro.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,4472% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

Banco:	Banco ABC
Valor principal:	R\$ 3.000
Tx.mensal pós CDI:	100%
Tx.mensal:	0,44720%
Tx. Anual:	5,50%
Emissão:	01/10/2020
Vencimento:	01/10/2024
Dias:	1461
Capitalização:	Diária
Número de prestações:	48
Carência:	12 meses
Valor parcela principal	R\$ 83
Saldo devedor atual	R\$ 2.867

O contrato firmado com o banco ABC não possui cláusulas de desempenho.

Os montantes em 31 de dezembro de 2021 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos.

	<u>2021</u>
2022	4.096
2023	3.442
2024 e seguintes	5.339
	<u>12.877</u>

Abaixo a movimentação dos saldos de empréstimos no exercício:

Banco	2020	Captações	Pagamentos de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	2021
Banco Itaú	10.549	-	(1.471)	1.134	(202)	10.010
Banco ABC	3.014	-	(167)	183	(163)	2.867
	13.563	-	(1.638)	1.317	(365)	12.877

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

15. Obrigações trabalhistas e tributárias

	2021	2020
Salários e encargos sociais	38	35
Provisão para férias e encargos sociais	81	51
Provisão de bonus e pagar	489	294
Pis e Cofins a recolher	17	9
ISS a recolher	17	7
ICMS a recolher	2	-
INSS retido a recolher	-	3
IRRF e CSRF retido a recolher	8	5
	<u>652</u>	<u>404</u>
Obrigações trabalhistas	608	380
Obrigações tributárias	43	24
	<u>651</u>	<u>404</u>

16. Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributárias, trabalhistas e cível. A Companhia apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Na avaliação dos consultores jurídicos não há processos em andamento classificados como perda provável ou possível.

17. Remuneração do pessoal-chave

Não houve pagamento remuneração aos diretores no período, com exceção do bônus a ser pago (demonstrado na Nota 14). Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações aos administradores.

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 800.

O capital social é composto 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. No exercício foram integralizadas a totalidade das ações ordinárias nominativas em moeda corrente nacional, mediante depósito bancário pela acionista Soul Parques S.A.

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

19. Receita líquida de serviços

	2021	2020
Receita bruta de Serviços		
Prestação de serviços	3.890	1.096
Loja Souvenir	126	-
Aluguéis e arrendamentos	179	38
	<u>4.195</u>	<u>1.134</u>
Dedução de vendas		
Impostos sobre serviços	(335)	(56)
	<u>(335)</u>	<u>(56)</u>
Receita líquida	<u><u>3.860</u></u>	<u><u>1.078</u></u>

20. Custos dos serviços prestados

	2021	2020
Pessoal	(2.861)	(1.376)
Prestação de serviço	(793)	(360)
Outorga e fiscalização	(655)	(173)
Materiais e utilidades	(400)	(177)
Seguros	(19)	(11)
	<u>(4.728)</u>	<u>(2.097)</u>

21. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Serviços de terceiros	(542)	(437)
Viagens e estadias	(97)	(44)
Marketing e comunicação	(281)	(373)
Despesas diversas	(407)	(271)
Depreciação	(253)	(94)
	<u>(1.580)</u>	<u>(1.219)</u>

22. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	122	53
Outras receitas financeiras	36	3
	<u>158</u>	<u>56</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(69)	(26)
Juros e multas	(8)	(10)
Juros s/ empréstimos	(1.429)	(599)
	<u>(1.506)</u>	<u>(635)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(1.348)</u></u>	<u><u>(579)</u></u>

Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

23. Seguros (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Seguro garantia	Garantia do contrato de concessão Edital de Concorrência n° 001/2019-IAP	492
Seguro patrimonial	Seguro patrimonial contra danos incêndio, explosão e outros danos patrimoniais	350
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	200
		1.042

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

24. Impactos da Covid-19

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Ao longo dos anos de 2020 e 2021, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Fechamento temporário do parque a partir de março de 2020, considerando a redução esperada na demanda para o cenário atual;
- Reabertura parcial a partir de setembro de 2020, considerando a redução esperada na demanda para o cenário atual;
- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no curto prazo, tais como suspensão de novas contratações, adiantamento do período de férias e redução proporcional da jornada de trabalho e de salário conforme MP n° 936/2020;
- Negociação com instituições financeiras para obtenção de empréstimos e negociação dos pagamentos com os fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez.

No primeiro semestre de 2021, houve períodos grandes de fechamento do Parque por conta da alta dos casos de covid e períodos em que a abertura deveria ser parcial.

Com a evolução da vacinação e redução do número de casos no Brasil as restrições e fechamento de parques que ocorreram não se repetiram, favorecendo o crescimento da demanda pelo turismo em Ponta Grossa.

Mesmo que de forma parcial, essa reabertura já significou um início da retomada do

25. Eventos subsequentes

Em 2022, a abertura do Parque está diretamente ligada aos Decretos sancionados pelos entes governamentais, respeitando os horários e datas de funcionamento estabelecidos. Dessa forma, a movimentação continua tendo restrições e com a demanda parcial de visitantes.

Com as negociações feitas em 2021, a Administração obteve recursos com Instituições Financeiras para minimizar os riscos e manter o fluxo de caixa. Medidas como concessão de férias aos funcionários também foram implementadas.